

# A PROEMINÊNCIA DO CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL PARA O EXAME DO NEOLIBERALISMO: DO *HOMO OECOMICUS* AO CAPITAL EMPRESARIAL, NACIONAL E PÓS-NACIONAL

Data de submissão: 29/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

**Bruno de Oliveira Cruz**

**RESUMO:** A presente reflexão teórica tem a finalidade de salientar a proeminência do conceito de cidadania sacrificial – elaborada pela cientista política estadunidense Wendy Brown – para o escrutínio crítico do neoliberalismo. Defende-se que Wendy Brown teve a habilidade de conjugar e, ao mesmo tempo, superar duas das tradições filosóficas que se atracaram na empreitada de examinar os efeitos deletérios do neoliberalismo: as filosofias marxistas e foucaultianas. O texto discorre sobre como Wendy Brown conseguiu identificar contribuições e insuficiências do (neo) marxismo e do Foucault nessa análise crítica da dominação neoliberal. Se, por um lado, o marxismo fitou sua análise nas instituições e corolários econômicos, negligenciando os efeitos de uma nova razão governamental e produção dos sujeitos (biopolítica), por outro lado, Foucault desconsiderou os inéditos poderes do capital global enquanto força histórica e social. Assim, o artigo faz uma breve incursão sobre o modo como essas tradições filosóficas compreenderam o neoliberalismo, para o fim de destacar

a relevância do exame da Brown. Nessa finalidade, o presente trabalho destaca o conceito de cidadania sacrificial, que define o sujeito contemporâneo tanto como capital humano de si mesmo (concepção adjacente à ideia de *homo oeconomicus*, trabalhada por Foucault) quanto como capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional (perspectiva próxima da reflexão marxista). O texto conclui que a crítica de Wendy Brown é imprescindível porque consegue discorrer sobre as relações controversas entre o capital individual e o capital macroestrutural e, sobretudo, porque denuncia o quanto o neoliberalismo dilacera hábitos e ações políticas baseadas em uma cidadania agonística, desdemocratizando a vida e a reduzindo ao jogo concorrencial de mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Cidadania Sacrificial; Desdemocratização.

## THE PROMINENCE OF THE CONCEPT OF SACRIFICIAL CITIZENSHIP FOR THE EXAMINATION OF NEOLIBERALISM: FROM *HOMO OECONOMICUS* TO BUSINESS, NATIONAL AND POST-NATIONAL CAPITAL

**ABSTRACT:** The present theoretical reflection aims to highlight the prominence of the concept of sacrificial citizenship – elaborated by the American political scientist Wendy Brown – for the critical scrutiny of neoliberalism. It is argued that Wendy Brown had the ability to conjugate and, at the same time, overcome two of the philosophical traditions that stood in the enterprise of examining the deleterious effects of neoliberalism: Marxist and Foucaultian philosophies. The text discusses how Wendy Brown was able to identify the contributions and insufficiencies of (neo)Marxism and Foucault in this critical analysis of neoliberal domination. If, on the one hand, Marxism focused its analysis on economic institutions and corollaries, neglecting the effects of a new governmental reason and the production of subjects (biopolitics), on the other hand, Foucault disregarded the unprecedented powers of global capital as a historical and social force. Thus, the article makes a brief incursion into the way in which these philosophical traditions understood neoliberalism, in order to highlight the relevance of Brown's examination. To this end, the present work highlights the concept of sacrificial citizenship, which defines the contemporary subject both as human capital of itself (a conception adjacent to the idea of *homo oeconomicus*, worked out by Foucault) and as human capital for a company, nation or post-national constellation (a perspective close to Marxist reflection). The text concludes that Wendy Brown's critique is essential because it manages to discuss the controversial relations between individual capital and macrostructural capital and, above all, because it denounces how much neoliberalism lacerates habits and political actions based on an agonistic citizenship, dedemocratizing life and reducing it to the competitive game of the market.

**KEYWORDS:** Neoliberalism; Sacrificial Citizenship; De-democratization.

### 1 | INTRODUÇÃO

Enquanto um fenômeno que despontou como política econômica no século XX e teve seus efeitos dilatados das relações sociais estruturais às microestruturais, o neoliberalismo se notabilizou como um relevante objeto de pesquisa pela crítica especializada. No entanto, o fato de existir um consenso quanto à necessidade de se ter o neoliberalismo como um verdadeiro fenômeno digno da atenção da ciência contemporânea não significa que as abordagens metodológicas sejam uníssonas. Existem diversas escolas econômicas, sociológicas, históricas e filosóficas que se aventuraram nesse desafio atual e imprescindível para se pensar as controvérsias do mundo moderno, em dimensões diversificadas, como as noções de trabalho, direito, Estado, cidadania, economia, democracia e tantos outros assuntos afetados pela dinâmica do neoliberalismo.

Historicamente, uma das primeiras formas de se vislumbrar o neoliberalismo se deu pelo enfoque da política econômica. Embora tal perspectiva tenha sua importância, existem outros modos de se investigar o neoliberalismo. Obstante de uma trivial tradição econômica, o neoliberalismo se expande para os mais heterogêneos espaços de socialidade, podendo

ser avistado também como governabilidade de corpos disponíveis ao sacrífico, decorrente de uma lógica específica da biopolítica.

Duas tradições filosóficas se sobressaem na empreitada de analisar o neoliberalismo: a marxista e a foucaultiana. Uma visão precipitada poderia ver essas duas tradições como inconciliáveis ou discrepantes. Seguramente, existem aspectos epistêmicos (talvez) intransponíveis, mas isso não significa que tais abordagens não possam ser utilizadas mutuamente, especialmente considerando o caráter complexo e multifacetado do neoliberalismo. Esse objeto exige um tratamento contrastado, para o fim de não reduzir o fenômeno apenas uma ou outra coisa.

Por tais razões é que o presente artigo se apropria da abordagem da cientista política estadunidense Wendy Brown, ao não tratar as tradições do marxismo e da filosofia foucaultiana como abordagens “opostas ou redutíveis à compreensão materialista *versus* ideacional do poder e da mudança histórica”, na medida em que realiza a empregabilidade mútua “por apresentarem diferentes dimensões das transformações neoliberais que têm ocorrido em todo o mundo nas últimas décadas.” Em outras palavras, “ambas as abordagens contribuem para a compreensão das características do neoliberalismo realmente existente e de nossa atual conjuntura” (BROWN 2019, p. 32).

O aspecto singular do tratamento teórico dado ao neoliberalismo pela Wendy Brown, conjugando tradições do conhecimento com perfis epistêmicos distintos, se revela em sua concepção filosófica e política intitulada de “cidadania sacrificial”, uma cidadania imanente à dominação neoliberal (apolítica e talhada ao sacrífico). No artigo “Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade”, redigido em 2013, que esboça argumentos estruturados no livro “*Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*”, Wendy Brown desenvolve uma noção ímpar de sujeito neoliberalizado, definindo-o por dois encargos atribuídos pelo capitalismo vigente: ser capital humano de si mesmo e ser capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional.

Assim, tendo como referência as reflexões da cientista política Wendy Brown, o presente artigo buscará analisar o neoliberalismo a partir da noção de cidadania sacrificial. Para tanto, a reflexão fará uma incursão sobre os modos distintos de se compreender o neoliberalismo, centrando nos aportes marxistas e foucaultianos, para o fim de destacar a importância da maneira como Wendy Brown escrutina metodologicamente tal fenômeno.

## 2 | O MARXISMO E A NOVA ETAPA DO CAPITALISMO

Não há dúvidas de que o marxismo constitui uma das tradições filosóficas mais empenhadas em avaliar os efeitos deletérios do neoliberalismo para a sociedade contemporânea. Sabe-se que não é possível falar em marxismo (no singular), pois este congrega uma infinidade de pensadores, que muitas vezes se desencontram em termos teóricos e políticos. Por isso, costuma-se afirmar que o que há em comum entre os marxistas

é método: o materialismo histórico.

Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels viveram uma faceta específica do capitalismo: o industrial. Isso se deve ao fato de que tanto Marx quanto Engels nasceram e morreram no século XIX. Dada a dinâmica transformativa do capital, não se pode apreender/transportar a interpretação do capitalismo novecentista para explicar (integralmente) a realidade do século XX e dos dias atuais sem as devidas ponderações e mediações históricas. O capitalismo é o modo de produção triunfante, mas não é o mesmo em toda a história. Por isso, já no início do século XX, o pensamento marxista se renovou e percebeu que a realidade concreta exigia aparatos teóricos mais sofisticados e adequados ao tempo em que a história do capitalismo se desenvolvia.

O neoliberalismo é um dos eventos que levaram o marxismo a rejuvenescer suas compreensões sobre o “novo” capitalismo, que agora não é “somente” industrial, mas é também financeiro e (ainda mais) globalizado. É humanamente inexequível descrever com exatidão como a totalidade dos pensadores marxistas esquadriharam teoricamente o neoliberalismo, mas é possível estabelecer linhas gerais desse empreendimento. Esse é o objetivo desse capítulo.

O geógrafo marxista David Harvey (2008, p. 12) assevera que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma teoria de ações políticas e econômicas que pretende defender que o bem-estar da humanidade só pode ser eficazmente angariado com a liberação das liberdades e habilidades empreendedoras individuais no cerne de uma estrutura institucional qualificada por robustos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Para Harvey, a tarefa do Estado é justamente garantir um ambiente propício para o desenvolvimento dessas práticas. A intervenção do Estado se restringiria a assegurar a integridade e o desempenho dos mercados ou, até mesmo, criá-los por ação própria.

Na obra “Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal”, partindo-se da ideia de que a crise mundial das sociedades atuais tem relação direta com a crise do Estado de bem-estar social e do denominado “socialismo real”, o professor José Paulo Netto (1995, p. 77) faz uma reflexão particular em relação à ofensiva neoliberal e ao Estado (mínimo) contemporâneo, asseverando que o neoliberalismo constitui “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.” Não se trata de um Estado mínimo aleatório, mas aquele que busca eliminar os recursos reguladores que limitam qualquer elemento democrático de controle do capital, direcionando-o aos interesses particulares de classe: um Estado mínimo que é máximo para o capital (NETTO, 1995, p. 81).

Enquanto prática e ideologia política e econômica, o neoliberalismo se alastrou globalmente e agenciou diversos Estados contemporâneos, desde os criados após a falência da União Soviética às democracias fundadas na compreensão pretérita de Estado do bem-estar social, cuja implementação (como política de Estado) foi tanto de forma

voluntária quanto até mesmo violenta, produzindo transformações no discernimento político de diversas instituições (universidades, meios de comunicações, instituições financeiras etc.), tornando-se, portanto, “hegemônico como modalidade de discurso”, afetando “tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 12-13). Harvey (2008, p. 13-14) considera o neoliberalismo como um processo de “destruição criativa”, pois, ao mesmo tempo que desestabiliza formas tradicionais de poder (a exemplo da soberania de Estado), modifica os poderes decorrentes das divisões do trabalho, das relações societárias, do fomento ao bem-estar social, do *modus operandi* das tecnologias, das formas de consciência etc.

No livro “A Crise do Neoliberalismo”, Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014, p. 11) argumentam que o neoliberalismo constitui um inédito estágio do capitalismo que se alçou na esteira da crise estrutural de 1970. Assim, ele manifesta a estratégia das classes dominantes aliadas ao setor financeiro de robustecer sua hegemonia e alastrar suas concepções de política e sociedade a nível global. Trata-se, portanto, de uma forma de imperialismo, operada a partir de finalidades de classe que beneficiam uma burguesia – nacional e internacional –, as quais marcam essa nova ordem social, uma nova configuração de poder de classe (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 18-19).

Em termos históricos, a crise gerada pelo neoliberalismo representa a quarta crise estrutural do capitalismo desde o fim do período novecentista. Compreendendo que essas adversidades metamorfoseiam a ordem social e transformam as relações internacionais, Duménil e Lévy (2014, p. 12) afirmam que a crise gerada pelo capitalismo atual aponta o princípio “de um processo de transição semelhante, que não só envolve a regulação financeira como também torna necessária uma nova governança corporativa, a reconstrução do setor financeiro e a adoção de novas políticas.”

Nesse aspecto, conforme narra Francisco de Oliveira (1998, p. 19-27), o *Welfare State* foi dilacerado pela internacionalização produtiva e financeirização da economia capitalista, acometendo e prejudicando a ideia de Estado-providência, marcado pela universalização da saúde, educação, previdência, trabalho, transporte, moradia e tantas outras prerrogativas jurídicas conquistadas no decorrer do século XX.

No artigo “Balanço do Neoliberalismo”, Perry Anderson (1996, p. 9) enfatiza que a ideologia neoliberal foi incumbida de ofertar uma narrativa científica para esse movimento neoimperial, cuja função principal está alicerçada no vilipêndio a qualquer restrição dos instrumentos de mercado por parte do Estado, informadas como obstáculos à liberdade econômica e política. Sobre isso, é interessante perceber o pioneirismo da América Latina, pois foi a partir da ditadura sanguinária do general Augusto Pinochet que o neoliberalismo se tornou política de Estado pela primeira vez, antes mesmo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Portanto, o neoliberalismo praticado na América Latina não se constrangeu com o imperialismo moderno, ao contrário, se aliou a ele para se tornar realidade histórica.

Esse novo imperialismo foi norteado por um acordo de ideias emergido a nível internacional: o Consenso de Washington. O filósofo Noam Chomsky (2002) define esse consenso como um conjunto de fundamentos guiados para o mercado, perfilhados pelos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que coordena. Chomsky sintetiza as ideias gerais do Consenso de Washington da seguinte maneira: liberalização do mercado e do sistema financeiro, ajuste dos preços pelo mercado, estabilidade macroeconômica por meio do fim da inflação e privatização. Tendências nacionais sensíveis às demandas populares por melhoria socioeconômica ou por um desenvolvimento dirigido ao cumprimento dos ímpetus nacionais conflitam com a imposição neoliberal de um ambiente político e econômico favorável ao investimento privado.

Embora o neoliberalismo seja um fenômeno de magnitude global, as suas formas de reprodução têm naturezas distintas a depender de caracteres nacionais, regionais e até mesmo locais. Sob uma perspectiva histórica latino-americana, Octavio Ianni (2006, p. 85) salienta que o desfecho da Guerra Fria foi o ponto de partida para a estruturação de uma inédita divisão internacional do trabalho, institucionalizada por órgãos globais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), revelando que a soberania dos Estados periféricos é muito restrita ou, ainda, inexistente. É justamente nesse aspecto que o marxismo salienta que vige um novo imperialismo, calcado na ideologia neoliberal, atravessando os Estados do sul global e determinando o modo de se fazer política de Estado.

Essa análise descentrada das experiências das economias centrais evidencia que o neoliberalismo no Terceiro Mundo tem particularidades que não podem ser ignoradas. Conforme salienta o economista marxista Theotônio dos Santos (2004, p. 18-19), a democracia latino-americana carece de uma sólida base socioeconômica, cujo capitalismo tem em seu desenvolvimento elementos de dependência, concentração e exclusão. Assim, a realidade latino-americana é marcada pela dependência estrutural, crescimento díspar que se move para setores específicos da população ancorados em exportações de baixo valor agregado, distribuição negativa de renda e retirada vultuosa de excedentes graças à superexploração dos trabalhadores. Assim, para Theotônio dos Santos (2004, p. 20), “as propostas de resolver os problemas da região com base no ‘livre-mercado’ não só têm fracassado como têm agravado os problemas do subcontinente.”

Alfredo Saad Filho e Andréia Galvão procuraram sistematizar aspectos gerais da interpretação marxista a respeito do neoliberalismo. Para o economista marxista Saad Filho (2015, p. 59), o marxismo investigou quatro formas diversas – porém, profundamente relacionadas –, de se apreender o neoliberalismo: 1) enquanto um conglomerado de percepções teóricas guiadas pelas escolas econômicas austríaca e de Chicago e do ordoliberalismo alemão, e estruturadas sob o amparo da Sociedade do *Mont Pèlerin*; 2) como um conjunto de políticas, práticas e instituições, referendadas por essas ideias; 3)

enquanto uma ofensiva de classe orquestrada pelo Estado contra os trabalhadores, sob a gerência da burguesia ou das finanças em específico; 4) e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, resultando na assertiva de que o neoliberalismo constitui uma maneira do capitalismo atual de existir, ou ainda, consistindo em um peculiar sistema de acumulação.

Dentre alguns pontos elencados por Alfredo Saad Filho sobre aspectos metodológicos, destaca-se a reflexão de que os exames marxistas são sistêmicos por natureza. Assim, os diagnósticos abarcam questões econômicas, sociológicas, institucionais, políticas, jurídicas, culturais e ideológicas do neoliberalismo. A partir disso, o interesse do marxismo reside na forma como as reformas neoliberais modificaram as estruturas da reprodução econômica e social “após a desarticulação do compacto keynesiano-social democrático no âmbito das principais economias capitalistas, a paralisia do desenvolvimentismo, a implosão do bloco soviético, as transformações aceleradas na China e as crises na periferia europeia” (FILHO SAAD, 2015, p. 59).

Sob outra perspectiva, com base nas reflexões de Gérard Duménil e Dominique Lévy, Andréia Galvão (2008, p. 150) destaca que as abordagens marxistas possuem os seguintes elementos comuns: a) o vínculo entre o neoliberalismo e as classes sociais, que desdobra a interpretação do neoliberalismo a partir do desenvolvimento da luta de classes na história do capitalismo; b) a relação entre economia e política e, fundamentalmente, a concepção da natureza de classe do Estado burguês; c) e a conexão entre as dimensões internacionais e nacionais, tanto pela concepção de imperialismo quanto pela definição de mundialização do capital.

Percebe-se que a análise marxista foca no ambiente macroestrutural, põe em referência o poder do capital a nível global, expondo as consequências de uma globalização desigual, que gera, especialmente para as economias não centrais, o desmantelamento de direitos e políticas sociais. O marxismo revela como o capitalismo no século XX inaugurou uma nova forma de imperialismo, gerando uma inédita correlação de forças, não apenas a nível nacional, mas também em dimensões de dominação que tem como epicentro o discurso neoliberal propagado por instituições internacionais que ameaçam uma narrativa de Estado periférico preocupado com os interesses regionais e locais.

### 3 | FOUCAULT E O *HOMO OECOMICUS*

O texto referência do filósofo francês Michel Foucault que se debruçou sobre o neoliberalismo – “Nascimento da Biopolítica” – decorreu de transcrições de cursos ministrados em 1979 no *Collège de France*. Nesse momento histórico e filosófico, Foucault examinou o empreendimento genealógico das relações entre o “saber” e o “poder”. A abordagem metodológica empregada para o escrutínio do neoliberalismo constituiu uma reflexão ímpar, pois o contexto filosófico antecedente às discussões genealógicas esteve

vinculado a uma abordagem distinta, caracterizada pela arqueologia das normas que estruturam composições discursivas.

Em consonância com as teorizações de Roberto Machado (2007), a arqueologia disserta acerca dos discursos pela caracterização de suas regras de formação, evidencia sua condição de possibilidade pela definição do discurso como um conglomerado de enunciados. Por enunciado entende-se como a possibilidade de um conjunto de signos, estruturado por uma unidade lógica e gramatical, de se concatenar com as circunscrições de um objeto, angariando um sujeito possível, coordenando com outros enunciados e tornando viável a existência de um objeto, como materialidade repetível (MACHADO, 2007).

Por sua vez, a genealogia constitui a explicitação do surgimento de saberes a partir de condições de possibilidade exteriores às próprias epistemes, situando-as como subsídios de um dispositivo de características fundamentalmente políticas. Em outras palavras, a centralidade da genealogia está na relevância do “poder” para a configuração dos “saberes”, enquanto um exame histórico das condições políticas de viabilidade dos discursos. É nesse contexto metodológico que o neoliberalismo é analisado na obra “Nascimento da Biopolítica”.

Em acordo com as teorizações de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (1995, p. 126), a apreciação genealógica funda uma perspectiva filosófica profundamente original ao trabalhar com a chave poder-saber, pois o poder aqui não é avaliado como um objeto de fruição de uma agremiação societal (classe social) ou instituição específica (Estado), em prejuízo daqueles desprovidos dos instrumentos de poder, tampouco vislumbra o saber como objetivo ou subjetivo, mas como um recurso imprescindível na revolução histórica dos variados regimes de poder e de verdade.

A genealogia foucaultiana trabalha com as noções de poder, saber e corpo, cuja expressão de cada uma delas se dá pelo encadeamento concorrente e não pela individualização. Angela Couto Machado Fonseca (2016, p. 77) argumenta que a própria noção de sujeito é reestruturada, visto que o indivíduo é definido como resultado das condições auferidas pelos poderes e saberes, as quais definem os corpos a partir de discursos e práticas. Assim, nos termos de Nildo Avelino (2016, p. 240), “a partir da perspectiva genealógica, a crítica é definida como atitude, isto é, um comportamento. Um tipo de comportamento constituído pela articulação irreduzível entre poder, verdade e sujeito.” O aparato estatal não constitui mais o centro da reflexão, pois a crítica se direciona às “práticas e relações que, por serem tomadas em um movimento contínuo de estatização, não são redutíveis ao exercício de uma dominação centralizada, vertical e sempre idêntica a si mesma” (LAVAL, 2020, p. 41).

O presente capítulo não fará uma incursão criteriosa e exaustiva a respeito da obra “Nascimento da Biopolítica”, mas trará alguns elementos da análise foucaultiana a respeito da ideia de *homo oeconomicus*, a qual é discutida a partir do modelo estadunidense de neoliberalismo, explicitado fundamentalmente na aula de 14 de março de 1979. Nesse

ínterim, buscando distinguir o neoliberalismo estadunidense do modelo aplicado na Alemanha e na França, Foucault destaca dois elementos: a teoria do capital humano e o programa da exploração da criminalidade e da delinquência. Interessa a esta reflexão a teoria do capital humano, pois foi a partir dela que ocorreu a ingerência da análise econômica em um ambiente até então inexplorado. Passou-se a reinterpretar e qualificar campos não-econômicos em termos econômicos ou estritamente econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 302).

Naturalmente, como a investigação foucaultiana não colocou o poder sob a ótica exclusiva do Estado ou de outras instituições e grupos específicos, o neoliberalismo não é pensado como política econômica ordinária deferida por uma autoridade estatal, mas sim como uma técnica de governo, um modo de existir e pensar a vida, isto é, uma maneira de governar os corpos (FOUCAULT, 2008, p. 301).

A singularidade das interpretações neoliberais em seu contexto global reside no fato de que “elas pretendem mudar o que havia constituído de fato o objeto, o domínio dos objetos, o campo de referência geral da análise econômica” (FOUCAULT, 2008, p. 306). A caracterização da economia é transformada, pois agora ela é mecanismo para análise do comportamento humano e de sua respectiva racionalidade interna, da estratégia programada da atividade dos indivíduos. Ao contrário da perspectiva marxista a respeito do trabalho, que o insere no campo da contradição com o capital, o neoliberalismo situa o labor na perspectiva de quem labora, isto é, “será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Por essa razão, ao contrário do marxismo, que não vê o trabalhador como objeto e sim na forma da sua força de trabalho, o neoliberalismo passa a vislumbrá-lo como um sujeito econômico ativo (FOUCAULT, 2008, p. 307). Pois é nessa perspectiva que Foucault concebe que o neoliberalismo surge como “o retorno ao *homo oeconomicus*”, mas não na concepção clássica (como homem de troca ou parceiro do processo de troca), e sim como empresário, um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

Logo, chega-se à ideia de que o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador (FOUCAULT, 2008, p. 311-312).

É justamente nesse sentido que o neoliberalismo é visto como um método de pensar a realidade, pois essa expansão da análise econômica do mercado opera como um princípio de inteligibilidade, afinal elucida tanto as relações sociais quanto os comportamentos individuais, servindo como método cognoscível de fenômenos que sequer se enquadram

na lógica do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 334). Na aula proferida em 28 de março de 1979, Foucault (2008, p. 368) salienta que o *homo oeconomicus* é aquele que “aceita a realidade”, de modo que sua ação racional é “sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma [...] sistemática, e a economia poderá, portanto, se definir como ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente.”

No que se refere ao Estado, a economia passa a ser sua “avalista”, de tal modo que a legitimação surge de um consenso permanente de que todos podem se expressar como agentes desse processo econômico (FOUCAULT, 2008, p. 114-115). Assim, com a eclosão do neoliberalismo, “a economia cessa de funcionar como mero princípio de autolimitação da ação governamental para se tornar o filtro, uma técnica de aferir a ação governamental em termos puramente econômicos” (AVELINO, 2016, p. 273).

No final da Segunda Guerra Mundial, surgiu uma modalidade de Estado que se contrapunha à visão liberal, um Estado interventor na área econômica e social, como um agente prestador de serviços destinado à concretização do bem-estar coletivo, como renda, habitação, saúde, educação, previdência social, trabalho e tantos outros. Pela visão de sujeito como *homo oeconomicus*, percebe-se que o Estado-providência é fatalmente oposição à realização do sujeito como empresário de si mesmo, pois o envolve a prerrogativas jurídicas que afrontam a ideia de sujeito desimpedido a se atracar no jogo concorrencial de mercado.

Interessante notar que a reflexão foucaultiana a respeito do *homo oeconomicus* é inicialmente elaborada a partir do contexto pelo qual o neoliberalismo estadunidense se insurgiu: o *Welfare States*. O Estado de bem-estar social consistiu naquilo que Foucault denominará de elemento de contexto para o desenvolvimento do neoliberalismo estadunidense. Um elemento a ser enfrentado, pois diametralmente oposto à ideia de um sujeito que é capital humano de si mesmo, que não aceita qualquer forma de proteção institucional que atente contra sua condição de partícula do capital no mercado. Assim, Foucault (2008, p. 298-299) cita três elementos de contexto que despertaram a crítica neoliberal: a) o primeiro, diz respeito à política keynesiana do *New Deal*; b) o segundo, refere-se ao plano *Beveridge*, denominado por Foucault como um conjunto de “pactos de guerra”, composto por projetos de intervencionismo econômico e social que foram elaborados durante a Segunda Guerra Mundial; e, por fim, c) o terceiro, relaciona-se com o alargamento da administração federal estadunidense através dos programas econômicos e sociais concebidos desde o governo Truman até a presidência de Johnson.

Conforme destacam Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 117), nessa racionalidade neoliberal, o Estado deve ser comedido, pois precisa respeitar a igualdade formal do jogo concorrencial capitalista, subtraindo tudo o que possa aparentar privilégio ou proteção estatal facultados a tal interesse particular em prejuízo de outros. No neoliberalismo, o Estado constitui uma esfera que é igualmente normatizada por regras

de concorrência e sujeita à demanda de eficácia paralela àquelas a que se submetem as empresas privadas (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 272).

Por isso, essa razão neoliberal não se estampa somente no campo das políticas econômicas, mas avança sobre políticas sociais, culturais, educacionais e outras que, a princípio, não estavam no campo da análise da economia. As próprias controvérsias econômicas vivenciadas pelo Terceiro Mundo são vistas pela ótica da teoria do capital humano, “não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano” (FOUCAULT, 2008, p. 319). Em outros termos, para os neoliberais, a razão fulcral do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo tem relação direta com a escassez de mecanismos de investimento no capital humano. Países periféricos ainda não subjetivaram suficientemente seus sujeitos a tornarem-se empresários.

Dentro dessa análise, a aplicação desmedida da grade econômica se expande, atravessando cenários não mercadológicos a demandas do capital, especialmente o corpo social, afetando fenômenos “naturalmente” não econômicos, servido como uma régua que mede condutas, tanto do Estado contemporâneo quanto dos sujeitos. Com isso, a investigação econômica serve não apenas para compreender fenômenos sociais gerais, mas também para decifrar o comportamento de cada indivíduo em sua particularidade.

Na forma de governamentalidade neoliberal norte-americana, representada pela escola de Chicago, a lógica da economia e a racionalidade do mercado vão se estender também para a vida social. Se na racionalidade liberal o governo assumia sua veridificação na naturalidade dos processos econômicos, no governo neoliberal a economia precisa produzir condições de competição e concorrência. O artifício da concorrência permite ao mercado padronizar e programar as condutas da população e estabelece a figura do *homo oeconomicus*. O mercado é instrumento de governo na medida em que desenha o homem-capital, ou seja, o homem como empresário de si mesmo e agente econômico infiltrado num contexto no qual é crivado pelos estímulos do mercado aos quais deve responder melhorando continuamente a si mesmo (FONSECA, p. 2016, p. 113-114).

A partir dessas reflexões, é notável que a perspectiva foucaultiana parte de um *locus* metodológico distinto do marxismo. Trata-se de uma reflexão que se volta à forma como o neoliberalismo serve como modo de governar os corpos, que se expande e atravessa diversas relações sociais, não se limitando a ser uma “ideologia de mercado” ou “política econômica” de um governo institucional. O neoliberalismo “conduz condutas”, tanto para delinear o sujeito a partir de critérios mercadológicos, quanto para fundar um Estado que não apenas é silente às intempéries do jogo concorrencial do mercado (princípio da não intervenção), mas também para se tornar uma outra forma de empresa, que procura ativar os sujeitos a serem partículas do capital, sobretudo quando tem o ímpeto de revogar direitos e prerrogativas sociais conquistadas no decorrer do século XX, liberando os freios políticos e jurídicos do capital.

## 4 | O CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL E A “SUPERAÇÃO” DAS ABORDAGENS NEOMARXISTAS E FOUCAULTIANAS

Wendy Brown consegue revelar a pertinência e as insuficiências das abordagens neomarxistas e foucaultianas. Em seus próprios termos, a abordagem neomarxista centra sua análise “nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção dos sujeitos” (BROWN, 2019, p. 32). Por outro lado, a abordagem foucaultiana tem como ponto de partida “os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica” (BROWN, 2019, p. 32).

No artigo “O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas ‘democracias’ do século XXI”, Brown (2021, p. 97-98) expõe como o neoliberalismo foi avistado de duas formas distintas. Em um primeiro momento, enquanto um exame comumente reiterado, o neoliberalismo é exposto como um conglomerado de políticas econômicas que fomentam atividades ilimitadas, mobilizações e acumulações de capital por meio de tarifas menores e impostos, promovendo a desestruturação das indústrias, privatizando os bens e serviços públicos, fragilizando o Estado de bem-estar social e aniquilando o trabalho organizado. Em um segundo momento, o neoliberalismo passou a ser exposto como uma racionalidade governamental que fabrica modalidades diferentes de sujeitos, condutas e ordens de significado social e valor. Assim, o neoliberalismo não objetiva somente apreender e domesticar o Estado, mas toda a esfera da vida humana, substituindo uma sociedade solidária produtora de justiça por outra compreendida e estruturada como mercado. O marxismo não conseguiu ou não teve uma suficiente análise teórica dessa dimensão do projeto neoliberal de poder.

Na obra “*Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*”, desenvolvem-se severas críticas ao marxismo e à análise foucaultiana. Para Wendy Brown (2015, p. 74), Foucault combate a perspectiva da “lógica do capital”, condena a falta de uma teoria marxista de governo, descrevendo-a como uma racionalidade política empobrecida e pouco original nos Estados do socialismo real. Nisso, a repulsa completa das categorias e da lógica historiográfica do marxismo proporcionou a Foucault examinar características pouco teorizadas do nascimento da economia política e viabilizou uma percepção nova sobre a arquitetura das relações entre o liberalismo, o Estado, a economia e o sujeito moderno (BROWN, 2015, p. 74-75). Porém, para Wendy Brown (2015, p. 75), essa rejeição teve um preço, sobretudo por se apreender formas únicas de dominação que o neoliberalismo conclui e, em especial, quando Foucault desconsiderou o “capital” enquanto força histórica e social o qual, quando mencionado, traduzia um desprezo pela ideia de que há uma lógica necessária e que acarreta um sistema de dominação.

É nesse momento que a cientista política estadunidense se aproxima das contribuições marxistas, ao afirmar que o capital (e o capitalismo) não podem ser reduzidos/simplificados a uma ordem de razão, nem se deve compreender os imperativos e os impactos do capital enquanto atribuições completas do capitalismo como um regime de verdade (BROWN, 2015, p. 75). Os imperativos do capital de diminuir o custo da mão-de-obra, difundir os mercados, do crescimento econômico e das reestruturações rotineiras da produção (especialmente aqueles de caráter financeiro), indubitavelmente representa uma inédita ordem de razão econômica, uma nova racionalidade governante, novas formas e lugares de mercantilização e, seguramente, novas características do capitalismo e novos tipos de capital – do consumo partilhado ao *bitcoin*, dos derivados ao capital humano (BROWN, 2015, p. 75-76).

Em síntese, Wendy Brown (2015, p. 76) salienta que seu argumento não é que subsista um capitalismo e que este se mobiliza de modo autônomo do discurso, nem que o capital tenha uma lógica unificada e unificadora, mas que o capitalismo tem impulsos que não podem ser negados. O capital e sua forma singular de razão que com ela acarreta, estrutura e fomenta novas possibilidades (ainda que não redutível a ela), para além de suas execuções, mobilizações e objetivos econômicos, sempre dá forma a mundos humanos – relações, pactos e produção do sujeito (BROWN, 2015, p. 76). Desconsiderar que o capital submete os seres humanos e seus respectivos mundos organizados impede o exame da relação complexa entre a racionalidade política e as limitações de ordem econômica, bem como o entendimento completo do poder do neoliberalismo de formatar o mundo (BROWN, 2015, p. 76). Em síntese, Brown (2015, p. 77, tradução nossa) entende que “a questão não é corrigir Foucault com Marx, mas apresentar certas dimensões da análise de Marx do capitalismo que teriam de ser soldadas à apreciação de Foucault da razão neoliberal para gerar um relato rico da desdemocratização neoliberal.”

Nesse sentido, Foucault define classicamente o *homo oeconomicus* como um sujeito de interesse. Para Brown (2015, p. 83) esse “interesse” não tem condão de qualificar o *éthos* ou a subjetividade do sujeito neoliberal hodierno, pois o indivíduo está tão agudamente imbricado e subordinado à meta capital do crescimento macroeconômico que pode tranquilamente sacrificar seu bem-estar por finalidades maiores do que as suas demandas individuais de interesse. A própria ideia de responsabilidade é reordenada pelo neoliberalismo, na medida em que força uma reconfiguração do comportamento adequado do sujeito, que vai de um indivíduo mobilizado naturalmente por interesses para integrar uma estrutura específica de autossustentância que se mescla com a moralidade do Estado e a higidez da economia (BROWN, 2015, p. 84).

Não serão mais os mercados que resolverão a questão da conciliação entre os interesses individuais e os de caráter coletivo (a exemplo das propensões das nações), pois o sujeito que naturalmente procura seus interesses é trocado pela governança de cidadãos que se encontram em um ambiente de particularidades e necessidades macroeconômicas

(BROWN, 2015, p. 84). Assim, “a ideia de interesse desapareceu e, no seu extremo, é substituída pela ideia de sacrifício” (BROWN, 2015, p. 84, tradução nossa).

A reflexão da cientista política estadunidense busca desmistificar esse sujeito neoliberal “interessado” para escancará-lo como elemento subordinado a exigências (macroestruturais) que fogem do seu controle individual. E, logicamente, na medida em que seu interesse é dilacerado por objetivos macroeconômicos (a nível empresarial, nacional ou pós-nacional), perde-se o sujeito ativo politizado que não apenas defende seus direitos historicamente conquistados como reivindica outros. Nesse aspecto, ao definir o neoliberalismo como uma especial racionalidade que avança sobre a totalidade dos aspectos da vida em caracteres fundamentalmente econômicos, Wendy Brown (2015, p. 17) argumenta que esse *modus operandi* neoliberal vilipendia elementos basilares da democracia moderna, referentes a princípios de justiça, culturas políticas, hábitos de cidadania, práticas de governo e, em especial, imaginários democráticos.

A definição de neoliberalismo de Wendy Brown consegue congrega elementos da interpretação marxista e foucaultiana, na medida em que o fenômeno passa a ser apreendido sob dois aspectos: do ponto de vista do indivíduo, enquanto uma racionalidade que formata sujeitos, de maneira a orientá-los a partir de uma engenharia valorativa peculiar, como uma forma globalizada de “economizar” âmbitos e atividades que, em princípio, tinham ordens valorativas diversas do “economicismo”; do ponto de vista da ação governamental, transformando o próprio Estado em empresa, que “produz normas cotidianas de identidade e conduta que configuram o sujeito como capital humano, e define todo tipo de atividade humana em termos de auto investimento racional e empreendedorismo” (BROWN, 2018, p. 14-15). A interpretação do neoliberalismo não é reduzida à política institucional, nem ao sujeito individual, pois avista elementos de contato entre o indivíduo neoliberalizado e o capital enquanto força histórica.

A cientista política reflete sobre o sujeito não apenas sob a ótica do capital humano para si mesmo, mas o vincula a um capital financeirizado, colocando-o como sujeito que pode ser sacrificado pela saúde do capitalismo hodierno. E mais, não se trata de um sacrifício isento de valores, pois o sujeito é compelido moralmente a se martirizar pelo todo. Wendy Brown (2019, p. 32) busca em sua reflexão “saldar [a] negligência mútua [do marxismo e de Foucault] do aspecto moral do projeto neoliberal.” Ambas as abordagens não se detêm sobre o aspecto moralizante que norteia a produção de sujeitos no neoliberalismo.

Assim, esquematicamente, o sujeito neoliberal está orientado a realizar dois deveres: ser capital humano de si mesmo e ser capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional.

Brown (2018, p. 9) descortina a ilusão de liberdade desse empresário de si mesmo, pois as controvérsias geradas a nível de capital global podem ser motivo para desprezar o capital humano para si, de tal maneira que a existência de um discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado justifica o comportamento empresarial responsável

não recompensado. Ao desamarrar o sujeito de quaisquer prerrogativas limitadoras de sua liberdade, o neoliberalismo o compromete, discursivamente, com o bem-estar geral – exigindo lealdade e eminente sacrifício em nome da saúde da nação ou do crescimento econômico (BROWN, 2018, p. 10).

Em outros termos, ainda que o neoliberalismo busque libertar os sujeitos do intervencionismo do Estado, acaba por incorporá-los a uma esfera e instituição neoliberalizada da qual integram, coagindo-os a se moldar ao capital como se capital fossem; a autonomia e a liberdade são desconstituídas, considerando que a desregulamentação suprime os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desamarra os poderes do capital corporativo e financeiro, e liquida a clássica ideia de solidariedade entre trabalhadores, gerando indivíduos completamente atomizados e desamparados, em permanente ameaça de privação dos meios mais básicos para a existência humana, pois completamente atrelados ao capital (BROWN, 2018, p. 7-8).

Wendy Brown (2019, p. 50) destaca que no final do século XX o neoliberalismo concretizou um projeto de “empreendedorização” e “capitalização humana”, de maneira tal que a responsabilidade pelo bem-estar geral passou do Estado-providência para os indivíduos e famílias. Forjou-se uma cidadania do sacrifício, da individualização exacerbada e da desregulamentação e destruição de direitos, cujo aspecto político é sucateado e o único valor resultante é uma moralidade que justifica o suplício.

## 5 | CONCLUSÃO

A razão neoliberal afeta profundamente o conteúdo concreto e discursivo das democracias vigentes. Um Estado antirregulatório fomenta reivindicações aperfeiçoadas da esfera pessoal, o que gera a desdemocratização da cultura política e descrédito das normas e práticas de inclusão, do pluralismo, da tolerância e da igualdade em todas as áreas (BROWN, 2021, p. 134). Não é trivial o fato de que o neoliberalismo se adequa facilmente a formas de governo totalitárias, pois o conteúdo político é esvaziado ao máximo para que esse “cidadão” se sacrifique pelos anseios do mercado, sem que esse suplício não recompensado seja apreciado criticamente.

Na verdade, a recompensa concreta é uma hecatombe social, especialmente em economias periféricas, que sequer consolidaram um Estado providência hábil a oferecer concretamente dignidade a uma sociedade marcada por desigualdades de variadas naturezas (classe, raça, gênero, etnia, religião, capacitismo, etc.). Os elementos de uma democracia ativa são desencorajados e, com isso, a despolitização desconfigura a intervenção política coletiva e cria hipoteticamente a ideia de consenso, mesmo em conjunturas em que as “partes” tenham interesses distintos.

Por meio do conceito de cidadania sacrificial, Wendy Brown consegue aliar uma interpretação do neoliberalismo que coloca em questão as instituições e os efeitos

econômicos de um capitalismo global cada vez mais fortificado, mas também reflete sobre uma razão neoliberal que formata sujeitos disponíveis ao suplício do capital. E, seguramente, nenhum desses elementos devem ser desconsiderados, pois o neoliberalismo é um fenômeno global complexo que exige uma abordagem científica multifacetada e atenta ao seu *modus operandi* tão singular.

Não se trata de decidir se o neoliberalismo é uma nova etapa do capitalismo ou uma forma de biopolítica, tampouco se o interesse do neoliberalismo é mais o capital macroestrutural ou o *homo oeconomicus*, mas sim de assimilar as interrelações entre o todo e a parte, isto é, captar como o capital individual se concatena com o capital macroestrutural e, especialmente, como essa redução economicista do mundo afugenta hábitos políticos agonísticos. Wendy Brown situa a crítica a nível da ameaça antidemocrática do neoliberalismo, especialmente no que tange à paralisação da política e ao consequente sacrifício do social a pretexto da saúde do jogo concorrencial de mercado. Sem essas mediações teóricas, a dominação neoliberal não será satisfatoriamente posicionada, e nem se poderá reagir politicamente de modo simétrico à essa farta ofensiva desdemocratizante.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, set./dez. 2016.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. 1. ed. Recife: Editora Seriguêla, 2021, p. 91-152.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution**. 1. ed. New York: Zone Books Near Futures Series, 2015.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FILHO SAAD, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, n. 4, p. 58-72, jan./jun. 2015.

FONSECA, Angela Couto Machado Fonseca. **Biopolítica e Direito: Fabricação e Ordenação do Corpo Humano Moderno**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Crítica Marxista**, n. 27, p. 149-156, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. v. 20. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Theotônio dos. **Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.